

**DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS EUA
Gabinete do Porta-Voz**

Para Distribuição Imediata

**8 de junho de 2010
2010/T30-6**

**Discurso
da Secretária de Estado Hillary Rodham Clinton
Pronunciamento Público sobre Oportunidades nas Américas**

8 de junho de 2010

**Centro Cultural Metropolitano
Quito, Equador**

SECRETÁRIA CLINTON: Muito obrigada, Senhor Prefeito. Obrigada por sua apresentação e pela grande honra que esta venerável cidade me conferiu hoje. Para mim, pessoalmente, é um enorme prazer estar aqui, com todos vocês, em uma cidade relacionada pela UNESCO entre as maravilhas culturais do mundo, e em um país tão belo. O Presidente Correa me disse, quatro ou cinco vezes, que este é o país pequeno mais diversificado do mundo. E já estou ansiosa para voltar, no futuro, e ver o Equador melhor por mim mesma. (Aplausos.)

Sou muito grata ao prefeito e a todos vocês por sua presença hoje, aqui, para falar sobre nossa visão de uma parceria compartilhada entre nossos países e os povos das Américas. Em abril passado, na Cúpula das Américas, o Presidente Obama garantiu que os Estados Unidos buscam uma parceria igualitária com engajamento, baseada no respeito mútuo e em interesses comuns e valores compartilhados. Desde então, trabalhamos para respaldar uma autêntica comunidade das Américas, uma comunidade capaz de reconhecer verdadeiramente que, seja vivendo em Quito seja em Los Angeles, quer em Ottawa quer em Buenos Aires, buscamos de vários modos o mesmo futuro para nós e para nossos filhos.

Nós – os Estados Unidos e a América Latina – já vivemos por vezes uma história litigiosa. Eu nunca negaria isso. Já houve problemas, reais ou supostos, que algumas vezes interferiram em nosso trabalho conjunto. Mas estou aqui com uma mensagem clara: os Estados Unidos, o Governo Obama, o Presidente Obama e eu, pessoalmente, estamos comprometidos com uma comunidade voltada para a melhoria das condições materiais que afetam a vida das pessoas, uma comunidade que reconheça e eleve a diversidade que desfrutamos nas Américas e se transforme em uma locomotiva do progresso, pois o potencial de nosso Hemisfério é vasto.

Já testemunhamos a governança democrática tornar-se norma, e os cidadãos demonstrarem seu compromisso com a democracia mesmo quando o processo de forjá-la avançava com excessiva lentidão. Pessoas e sociedades abraçaram valores de tolerância e abertura. As economias da região estabilizaram-se e cresceram, e a pobreza reduziu-se.

Dez anos atrás, se eu lhes dissesse que os dirigentes dos Estados Unidos e da Europa iriam ouvir merecidos conselhos de algumas de nossas contrapartes latino-americanas sobre a gestão econômica, talvez muita gente não me acreditasse. Hoje, porém, muitos governos da região já atravessaram com firmeza e responsabilidade a crise mundial e estão a caminho da recuperação.

De modo que, para as Américas, esta é uma hora de oportunidades. Mas cabe a nós decidir se vamos aproveitar este momento ou permitir que ele se desvaneça. Temos este momento de oportunidade para consolidar a democracia e o crescimento econômico, para desempenhar juntos um papel na solução de problemas regionais e até globais, para aprofundar nosso progresso e reforçar nossos valores, e para reconhecer que somos interdependentes e usar essa interdependência para melhorar o futuro de nossos povos. Queremos elevar o que há de melhor em nosso passado compartilhado e nos erguer acima da animosidade que tantas vezes interferiu conosco, a ponto de nos impedir de avançar.

A promessa é clara, mas está longe de estar cumprida. Portanto, embora esta seja uma hora de oportunidades, é também um momento de paradoxo. As economias crescem, mas poucos alcançam a prosperidade. O comércio exterior floresce, mas perduram desigualdades extremas. As guerras, felizmente, rarearam, mas há vizinhos tão perigosos como campos de batalha. A democracia se firma, porém continua dando muito pouco a muita gente.

Ontem, em uma sessão da Assembleia Geral da OEA em Lima, falei sobre um dos pilares de nossa visão para as Américas – instituições eficazes e responsáveis da governança democrática. Dentro de dois dias, em Barbados, vou apresentar outro pilar – a segurança física de nossos cidadãos. E dois meses atrás, em uma reunião da Parceria das Américas em Energia e Clima, em Washington, discuti como podemos cooperar rumo ao futuro de uma energia limpa, renovável, para cuidar melhor da Terra enquanto seguimos extraindo os combustíveis fósseis de que ainda precisamos, e lidar com a mudança climática e com as ameaças ambientais que temos diante de nós.

Hoje, quero falar sobre o quarto pilar de nossa visão, que é, nas palavras de Simón Bolívar, a base principal de nosso sistema, o qual depende, direta e exclusivamente, da instituição da igualdade e da sua prática. Este ano, celebramos o bicentenário dos movimentos de independência de nosso Hemisfério. E essa mensagem ressoa profundamente, pois embora a independência tenha 200 anos de idade, continua generalizada uma enorme desigualdade social e econômica.

Quando penso no que espero para minha própria filha, penso no que quero para toda criança – a oportunidade de realizar o potencial que Deus lhe concedeu. Isso só pode acontecer quando as

sociedades apoiam os esforços das famílias e de comunidades imbuídas de fé para criar uma estrutura de oportunidades. Essa estrutura há de estar no cerne de uma visão comum que trabalhamos para alcançar juntos, pois todos nós partilhamos a responsabilidade de promover essa visão. Não se trata apenas de um imperativo ético; é também um imperativo estratégico. Não podemos nos tornar economias produtivas e competitivas sem mobilizar o potencial de nossos próprios cidadãos. Não podemos erradicar a violência sem construir comunidades fortes e inclusivas. Não podemos fortalecer e manter a democracia quando tanta gente esbarra na escassez de oportunidades para si e para seus filhos.

Em suma, as Américas têm hoje, mais que nunca, uma histórica, inédita chance de consolidar o progresso. Mas temos que fazer disso um compromisso partilhado – não apenas um discurso ou um tema de plataforma de campanha, mas um trabalho diário, que envolva não só os governos, mas também o setor privado, o setor sem fins lucrativos, a universidade e a comunidade acadêmica, e as comunidades religiosas de nossas sociedades.

O Presidente Obama e eu temos em comum uma visão estratégica de nosso engajamento no Hemisfério. Trabalhamos para construir uma rede de parcerias a fim de expandir as oportunidades e intensificar a mobilidade social. Poderíamos discutir interminavelmente as causas que estão na raiz da desigualdade. Mas não se conquista o progresso reacendendo os litígios do passado, e sim reconhecendo o que funciona hoje para amenizar a desigualdade, para proporcionar um modelo do que podemos fazer e que dê às pessoas não só esperança, mas a realidade de uma vida melhor.

Já sabemos o que funciona. A gestão econômica sólida é uma parte muito importante desse esforço. É claro o impacto positivo da estabilidade macroeconômica e monetária. Nossa meta deve ser aumentar o bolo, e não apenas cortá-lo em pedaços menores. Quando a hiperinflação corrói salários e esgarça redes de segurança social, nossos esforços se perdem. Ao estudar o que o Brasil fez para domar a hiperinflação, lembro-me de ler o que um dirigente brasileiro disse, e que era tão verdadeiro: “A inflação é um tributo imposto aos pobres, que sempre acabam sofrendo mais.” É por isso que a gestão econômica sólida deve ser o ponto de partida.

Há também importantes esforços em andamento para atacar de um modo mais direto a falta de oportunidades. Nos últimos anos, os programas do tipo bolsa família, implantados em países de todo o Hemisfério, instituíram contribuições para alcançar metas de saúde, educação e outras. O México e o Brasil atingiram significativas reduções na pobreza elevando a matrícula escolar e aperfeiçoando práticas sanitárias. A Colômbia elevou as taxas de vacinação e até a altura média das crianças de um ano de idade em lares beneficiários. E esses programas estão sendo adaptados para implantação em outros países, inclusive o meu, que já aprendeu com a experiência do Brasil, do México, do Chile e da Colômbia.

Os governos também já começaram a melhorar suas práticas tributárias e orçamentárias. No Chile, recursos do fundo do cobre já ajudam a financiar bolsas para as classes baixa e média. O

Peru aumentou sua receita tributária para gastar mais em programas sociais e bens públicos, como estradas e escolas. O Brasil tem hoje uma das relações imposto-PIB mais altas do mundo, mas os resultados falam por si mesmos. O Brasil é uma economia e um país dinâmico.

O progresso, claro, depende também de ações estranhas ao governo. As organizações de microfinanças já ajudaram a ampliar o acesso ao crédito para pequenas empresas e candidatos a empresários, em particular mulheres e pessoas carentes de ativos formais que possam usar como garantia de empréstimo. Aqui no Equador, a ONG Parceiros das Américas está enviando líderes estudantis de famílias de baixa renda em viagens de intercâmbio aos Estados Unidos, para sondar formas de montar projetos sociais em suas próprias comunidades.

Entre as empresas privadas, a responsabilidade social está começando a firmar-se – em muitos casos graças a parcerias inovadoras entre os setores público e privado. A Costa Rica já promoveu a responsabilidade com seu Certificado de Turismo Sustentável, que premia as empresas que promovem o país de um modo favorável ao meio ambiente. Estas empresas expõem com orgulho esses certificados, para atrair clientes e turistas com consciência social. O Uruguai acaba de criar um conselho nacional de responsabilidade social corporativa, que vai coordenar políticas e melhores práticas. No Brasil, há uma parceria entre os Estados Unidos e mais de 100 empresas americanas que operam no país, para promover e impulsionar projetos meritórios como forma de exercer a responsabilidade social corporativa.

Esses esforços públicos e privados têm a seu crédito alguns avanços contra a pobreza obtidos nos últimos anos. Mas todos nós sabemos que perduram em toda parte os principais obstáculos à oportunidade e à inclusão. E o primeiro passo para enfrentar esses obstáculos é realmente valorizar as pessoas, para que assumam responsabilidade por suas próprias vidas, e dar-lhes ferramentas para isso. O Presidente Mujica, do Uruguai, deixou isso claro recentemente, em seu discurso de posse: “Deixem-me enfatizar”, disse ele: “educação, educação, educação. E, mais uma vez, educação.”

Os economistas o apoiariam. Dar a toda criança acesso a educação de alto nível, que prepare o menino ou a menina para viver uma vida plena de produtividade e sucesso, deve ser a base de nossos esforços para estreitar a discrepância na prosperidade. Em última análise, é de “educação, educação, educação” que dependem “empregos, empregos, empregos”. Hoje, mais do que nunca, o acesso a empregos com que se possa sustentar uma família na economia globalizada depende do acesso à escola. Muitas crianças ainda vivem sem acesso sequer ao ensino fundamental. Talvez isso não apareça no papel. Na realidade, porém, as escolas são deficientes, os professores escassos, e faltam equipamento e material. Segundo o Banco Mundial, com a taxa vigente vai ser preciso toda uma geração – um quarto de século – para atingir a educação básica universal. Isso nos coloca em desvantagem globalmente. Na Ásia, os grandes motores do crescimento econômico, como a China, o Vietnã, deram uma prioridade muito alta à educação. Precisamos fazer a mesma coisa.

Em segundo lugar, sabemos também que, apesar de progressos localizados, os sistemas tributários e orçamentários são ineficazes e ineficientes em grande parte do Hemisfério. Isso se deve em parte à forma como se estruturam os tributos, cujo ônus recai pesadamente sobre as classes inferiores e, muitas vezes, prejudica a produtividade. Em muitos lugares, porém, ocorre igualmente o simples fato de que os abastados não pagam a parcela justa que lhes cabe. Sobre esse assunto não se podem usar meias palavras. Os níveis de evasão fiscal são intoleravelmente altos – 50% ou mais em algumas das economias da região no caso do imposto sobre os rendimentos da pessoa física.

Mas qual é o problema? Nos Estados Unidos, temos uma longa tradição de tentar garantir que ninguém pague um centavo de imposto além do necessário. O problema é que, sem uma base tributária adequada, simplesmente não há receita bastante para oferecer os serviços e a infraestrutura que impulsionem a mobilidade social e respaldem economias competitivas – estradas, usinas de eletricidade, aeroportos, sistemas de saúde, escolas. As economias que hoje investem nesses serviços e nessa infraestrutura estão se preparando para o futuro. E a verdadeira ironia da situação é que tais investimentos tradicionalmente ajudam a tornar os ricos mais ricos, mas ao mesmo tempo formam uma classe média e tiram mais gente da pobreza.

Reconhecer esses fatos não é declarar luta de classes. Não é sequer praticar uma retórica de antagonismo. É preciso reconhecer que não se trata de um jogo em que cada jogador só ganha às custas da perda de outro. Não se pode adotar em relação a nosso futuro econômico a atitude tipo “ao vencedor as batatas”, que é míope e obsoleta. Com um crescimento mais inclusivo, todas as nossas economias serão mais fortes e mais competitivas a longo prazo, beneficiando a todos. É simplesmente impossível apoiar políticas que reduzam a pobreza e disseminem a prosperidade a longo prazo se os cidadãos mais abastados não fizerem sua parte. O mesmo se dá quando os governos permitem que a corrupção se propague e não trabalham para garantir a eficácia das instituições, ou quando os dirigentes tratam o Estado como um recurso privado que existe para beneficiar a si próprios e seus partidários.

Em terceiro lugar, é essencial valorizar as mulheres e meninas. Isso é ao mesmo tempo correto e inteligente. Temos pilhas de provas de numerosos projetos de pesquisa pelo mundo. E José Martí estava à frente de seu tempo quando entendeu isso. “As lutas das nações são débeis”, disse ele, “quando não têm apoio no coração das mulheres.” Infelizmente, são muitos os lugares de nosso Hemisfério onde se nega às mulheres seus direitos e oportunidades. Podem ter esses direitos inscritos nos códigos legais. Podem ser titulares de direitos legais – mas não têm como exercê-los na prática. Uma crescente proporção dos pobres é composta por mulheres e seus filhos. E, enquanto metade da população for deixada para trás, nosso Hemisfério também ficará para trás.

Um dos melhores investimentos que um governo, uma empresa ou entidade sem fins lucrativos pode fazer é dar às mulheres acesso a crédito. Já vi isso na Nicarágua, vi isso no Chile, no mundo inteiro. Quando a mulher tem a chance de ganhar um pouco mais – talvez tenha acesso a gado,

que não só a ajudará a alimentar os filhos, mas também lhe permitirá vender o excedente no mercado, ou talvez possa comprar uma máquina de costura e vender no mercado o produto de seu talento de costureira. Quando a mulher tem essa oportunidade, reinveste na família. De repente, as crianças já não precisam abandonar a escola para trabalhar. De repente podem investir e construir uma casa melhor. É uma história repetida constantemente. E que precisamos ampliar aqui, nesta região.

Em quarto lugar, é preciso dar a um número maior de trabalhadores e empresas acesso à economia formal, invertendo o aumento constante da informalidade. Em muitos lugares, a informalidade é superior a 50%. Na informalidade os trabalhadores ficam à míngua de crédito e de serviços. Frequentemente não pagam impostos e em média ganham menos. As empresas ficam fora das estruturas regulatórias e do sistema tributário. O ônus da correção desse quadro recai tanto sobre o setor público quanto sobre o privado. O setor privado não pode manter seus empregados fora da força de trabalho formal. Mas os governos também devem tornar mais fácil para os indivíduos montar e ampliar seus negócios. É preciso reduzir as formalidades. A burocracia tem de ser diminuída. Não podemos sufocar a energia de empreendedores independentes com controles burocráticos ultrapassados.

Muitos de vocês já viajaram por esta região e por outras partes do mundo. E é impressionante ver como as pessoas trabalham arduamente. Muitas vezes, porém, todo esse trabalho mantém as pessoas não na economia, mas fora dela. E o conjunto da sociedade perde os benefícios de sua produtividade.

Em quinto lugar, o setor privado tem de nos ajudar a fazer mais para ultrapassar o legado de conflito e desconfiança em nosso Hemisfério. A responsabilidade social corporativa pode ter muitos significados — práticas trabalhistas sólidas, gestão ambiental, envolvimento comunitário. Mas os alicerces estão fincados na responsabilidade a ser assumida pelo setor privado para aumentar a riqueza para todos — mais responsabilidade mútua que beneficiará a sustentabilidade das empresas a longo prazo. Afinal, quando vemos o que se pode fazer para a economia como um todo, percebemos a importância de forjarmos parcerias. Lançar o governo contra o setor privado é uma proposta que prejudica a todos.

Meu pai tinha um pequeno negócio e era extremamente independente e muito conservador. Mas também entendia que seu negócio se beneficiava das estradas que percorria, dos serviços públicos a que tinha acesso, de trabalhadores com boa formação. Temos de examinar se o que estamos fazendo agora prejudica a abordagem vitoriosa para o crescimento de nossas oportunidades econômicas.

Também precisamos garantir a proteção dos direitos básicos dos trabalhadores. O desenvolvimento, a democracia e os direitos humanos estão inextricavelmente vinculados. Este Hemisfério, mais do que qualquer outra região do mundo, com exceção da Europa e dos Estados Unidos e Canadá, fez uma aposta histórica na democracia. Nenhuma outra região do mundo,

com as necessidades sociais que temos, assumiu um compromisso tão pleno com a democracia. Mas a democracia sem resultados torna-se contraproducente. Temos de demonstrar que a governança democrática produz resultados para as pessoas. As economias que nos lideram em direção a esse futuro têm de demonstrar que o crescimento e a redução da desigualdade reforçam-se mutuamente.

Mas não há soluções mágicas nem simples, senão seria muito fácil para todos nós. Mas, na realidade, podemos lançar a fundação dessa estrutura sustentável de oportunidade, passo a passo. E podemos embarcar nessa jornada juntos. Como o Presidente Correa disse recentemente em um discurso que fez na Universidade de Illinois, onde estudou: “Para resolvermos nossos problemas, temos de reconhecer que a responsabilidade principal, embora não única, é de nós próprios.” Agradeço a análise feita pelo Presidente Correa sobre o que aprendeu durante o período em que viveu em nosso país, sobre como nós, nos Estados Unidos, estamos dispostos a aceitar responsabilidades, pois somos uma sociedade muito voltada para o futuro. E como os indivíduos frequentemente culpam-se a si próprios por circunstâncias que estão fora de seu controle quando procuram formas de melhorar suas vidas. E o Presidente Correa afirmou: “Sabem, precisamos da mesma atitude na América Latina. Não somos vítimas; somos sobreviventes. Somos pessoas que temos, dentro de nós, o potencial de definir nosso próprio destino.”

Os governos precisam dar prioridade máxima à criação de oportunidades. E os Estados Unidos farão o que lhes cabe. Os programas tradicionais de ajuda e assistência continuam a ser um aspecto de nossa abordagem. Continuaremos a prestar quase US\$ 2 bilhões em assistência a alguns dos lugares mais depauperados de nosso Hemisfério. Manteremos nosso enfoque por meio dos pactos do Desafio do Milênio com os países em desenvolvimento. Mas também nos empenharemos em aumentar o comércio. O comércio entre os Estados Unidos e nossos parceiros superou o patamar dos US\$ 600 bilhões por ano. E continuamos a reduzir as barreiras ao comércio. O investimento anual dos EUA chegou a US\$ 60 bilhões por ano. E com nossas contribuições às instituições multilaterais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, investimos outros bilhões na região. E trabalhadores nos Estados Unidos enviam mais de US\$ 50 bilhões por ano em remessas à região.

Como podemos realçar ainda mais esses fatos? Bem, estamos procurando formas de alavancar as remessas para ajudar países como o Equador a melhorar a infraestrutura e os serviços. Mas, no nível individual, as remessas são filhos e filhas que ajudam mães e pais, e pais que se sacrificam pelos seus filhos. Mas, no conjunto, representam um enorme recurso para um país. Portanto, estamos estudando como podemos desenvolver novas avenidas para aumentar o impacto do dinheiro enviado aos países, para dar aos pequenos negócios e às comunidades uma chance de prosperar. Estamos criando novas formas de alavancar as remessas para ampliar o crédito para o desenvolvimento e projetos de infraestrutura sem reduzir em nada os dólares ganhos a duras penas e enviados às famílias.

Queremos promover a inclusão financeira; por isso estamos utilizando os microfinanciamentos. Temos observado os benefícios dos microfinanciamentos não apenas para indivíduos, mas também para a prestação de serviços bancários inovadores em bairros pobres no Peru e para a oferta de convênios médicos e hipotecas na América Central. No ano passado, o Presidente Obama anunciou um novo Fundo de Crescimento para o Microfinanciamento, empenhando mais de US\$ 100 milhões para oferecer crédito para indivíduos e pequenos negócios, sobretudo mulheres. E o Governo dos EUA tem trabalhado em estreita cooperação com as instituições multilaterais para ampliar o financiamento disponível para pequenas e médias empresas. Mas também convidamos as instituições financeiras existentes — bancos, cooperativas de crédito — a fazer mais e ser mais criativos na expansão do crédito para pequenas e médias empresas.

Também estamos trabalhando em reformas com a OEA para atualizar a assim chamada “lei de garantias mobiliárias”. Em termos simples, o objetivo é permitir que pequenos negócios e empreendedores utilizem bens como refrigeradores ou máquinas de costura como garantias para empréstimos. Muitos negócios poderiam crescer e empregar mais gente, mas não são proprietários dos locais onde trabalham ou das casas onde vivem. Mas têm um refrigerador ou uma máquina de costura; queremos mudar as leis para que esses bens possam servir como garantias.

As instituições de crédito podem aumentar sua eficiência e facilitar o acesso, e estamos forjando parcerias com o setor privado para aperfeiçoar os regulamentos e viabilizar a prestação de serviços bancários móveis, que dão às pessoas nas regiões mais remotas acesso ao sistema econômico formal.

Nossa iniciativa denominada Caminhos para a Prosperidade já está trabalhando para ajudar as pessoas em comunidades historicamente marginalizadas, indígenas e afrocaribenhas. E estamos trocando informações para que possamos aprender uns com os outros. A Rede Interamericana de Proteção Social, que criamos no ano passado, está reunindo líderes e dando-lhes informações sobre programas inovadores de proteção social. E, nos Estados Unidos, estamos começando um programa chamado Corpo de Mentores Eletrônicos, no qual pequenos negócios podem ir à Internet e receber conselhos de empresas afins nos Estados Unidos.

Atribuímos mais recursos à educação e a investimentos que, segundo o Presidente Obama, estão voltados para o nosso próprio futuro. Estamos aumentando o apoio ao que denominamos Centros para Pessoas Binacionais dos EUA, que oferecem a crianças e adultos os recursos necessários para que estudem o idioma inglês. E estamos criando um programa que dá a cientistas de todo o Hemisfério a oportunidade de trabalhar em laboratórios nos EUA. E estamos desenvolvendo novos centros científicos para ajudar a promover o ensino das ciências e oferecer meios de interação entre inovadores.

Na minha opinião, o talento é universal, mas não a oportunidade. Há muitas pessoas neste país, como em todos os países, que são inovadoras, empreendedoras. Estão resolvendo problemas

todos os dias. E queremos dar-lhes mais apoio para que tenham um horizonte ainda mais amplo. Estamos dedicando US\$ 25 milhões para programas relacionados ao gênero para ajudar a melhorar a oportunidade para as mulheres. E estamos iniciando um diálogo de política de alto nível entre os governos do hemisfério, sobre como alcançar a participação plena das mulheres na economia. Não consigo imaginar nenhuma forma melhor de comemorar o Ano Interamericano da Mulher. Agora, tudo isso faz parte da responsabilidade partilhada que, na nossa opinião, está na raiz de nossa nova parceria. Não estamos falando de patrocínio; estamos falando de parceria.

No ano que vem celebraremos o 50º aniversário da Aliança para o Progresso. Nas cinco últimas décadas, temos avançado juntos de algumas formas que acho que surpreenderiam até o Presidente Kennedy — a expansão da democracia, o crescimento de instituições como a OEA e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, a intensificação do comércio e das remessas, dos laços culturais e das relações familiares. Portanto, tivemos muitos êxitos nesses 50 anos, mas que isso sirva para nos incentivar a fazer ainda mais, não como desculpa para nos acomodarmos.

No ano passado, no Haiti, observamos a força que temos quando nos unimos. Cada país do Hemisfério contribuiu algo para a assistência prestada ao Haiti após a devastação. Quando visitei o país após o terremoto, vi gente de todo o Hemisfério — na realidade, de todo o mundo, e não apenas governos, mas também grupos e ONGs e tantos outros — que foram oferecer sua ajuda a pessoas necessitadas. Não se falava em ideologia ou divisão. Não havia discussões sobre a história ou o passado. O que se instaurou foi o pragmatismo e a unidade em torno de um objetivo comum.

Uma crise como a do Haiti infunde um senso de urgência em todos nós, que talvez torne mais fácil ultrapassar o legado do passado. Mas precisamos da mesma urgência para planejar e tomar as rédeas do futuro. Portanto, aproveitemos esta ocasião para ir de encontro à promessa que é tão palpável ao nosso redor. Trabalhem para derrubar as barreiras à oportunidade, para criar mais inclusão, mais justiça, mais democracia que realmente produza resultados para as pessoas que a história tem deixado à margem da sociedade. Esse conceito de responsabilidade partilhada significa que os Estados Unidos farão a parte que lhes cabe.

Estou bem ciente de que o Presidente Obama e eu fazemos esta oferta de parceria em um contexto que vem de longe, que perdura década após década após década. Nem eu nem o Presidente Obama podemos mudar isso. Nós, nos Estados Unidos, às vezes somos acusados de não prestar atenção suficiente à nossa história. Mas o inverso também pode ser verdade. Às vezes as pessoas são prisioneiras de sua história.

Portanto, que resolvamos nos encontrar no presente, para pensar sobre o que podemos fazer para que possamos compreender melhor uns aos outros, para sermos mais transparentes uns com os outros, termos trocas francas e abertas de diferentes pontos de vista. Na entrevista coletiva que acabamos de dar, o Presidente Correa mencionou sua convicção de que o Presidente Obama ou

eu estaríamos fazendo exatamente o que ele fez caso tivéssemos herdado os problemas que ele herdou como presidente.

Não podemos responder a essa afirmação, mas podemos dizer o seguinte: trabalhem juntos, tomemos a decisão de concretizar um futuro melhor. E olhem para cada criança que conhecemos e sobretudo para aquelas que amamos e pensemos sobre como será o mundo, pois, neste planeta interconectado, cada criança terá de desempenhar seu papel para assegurar o progresso contínuo da humanidade. Caso contrário, não sabemos o que o futuro nos reserva.

Portanto, este é de fato um momento de oportunidade e uma momento de paradoxo. Estou apostando que escolheremos a raiz da oportunidade. E nós, nos Estados Unidos, estamos prontos para trabalhar com vocês e dar os passos nesse caminho que leva ao tipo de futuro que faria justiça a nossos filhos e que estes merecem. Muito obrigada a todos. (Aplausos.)

#